



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**



FRANCIELE LUIS DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA E PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE PEDRO RÉGIS-PB**

**JOÃO PESSOA-PB
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

FRANCIELE LUIS DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA E PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE PEDRO RÉGIS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de graduado em Administração Pública.

Orientador(a): Profa. Dra. Carla Calixto da Silva

JOÃO PESSOA –PB
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586i Silva, Franciele Luis da.

A importância e percepção da população sobre o orçamento participativo: um estudo de caso no município de Pedro Régis-PB / Franciele Luis da Silva. - João Pessoa, 2023.

47 f. : il.

Orientação: Carla Calixto da Silva.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Orçamento participativo. 2. Orçamento público. 3. Participação popular. 4. Gestão democrática. 5. Município de Pedro Régis - Paraíba. I. Silva, Carla Calixto da. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 35

FRANCIELE LUIS DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA E PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO DE CASO NO
MUNICÍPIO DE PEDRO RÉGIS-PB**

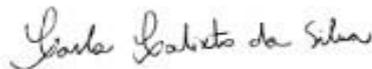
Trabalho de Conclusão de Curso em formato de artigo científico apresentado ao Curso de Administração Pública da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de graduado, sob a avaliação da seguinte banca examinadora:



Prof. Ms. Geraldo Magela de Andrade
Examinador – Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Joseneide Sousa Pessoa
Examinadora – Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Carla Calixto da Silva
Orientadora – Universidade Federal da Paraíba - UFPB

João Pessoa, 07 de junho de 2023.

Dedico a minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus todo poderoso que me ajuda em todos os momentos da minha vida, sejam eles fáceis ou difíceis.

A minha família (mãe, pai, irmã e irmãos), que são a minha base e a minha fortaleza, em especial à Josefa, minha mãe pela força de nos criar em um dos momentos mais difíceis da sua vida (divórcio).

Ao meu namorado/amor Glawcemir, que significa incentivo nesse processo acadêmico da minha vida, obrigada por ajudar-me.

A minha professora orientadora Dra. Carla Calixto da Silva, por tudo que ela tem feito por mim nesse processo de construção deste TCC, pelas orientações, ajudas e por ser um ser humano tão dedicada à sua profissão.

Aos meus amigos de turma, Danilo, Mateus, Lourdes, Thamires e Janaina por juntos não desistirmos em todos os momentos que levemente pensamos em não seguir nessa conquista. Não está sendo fácil, não foi até aqui, cada um sabe o que passou nesse processo. Mas estamos chegando ao final desse ciclo cheios de motivação para darmos seguimento aos próximos objetivos dessa carreira profissional.

Aos Professores da banca, Profa. Joseneide Pessoa e o Prof. Geraldo Magela por todas sugestões e correções realizadas no TCC.

A todos aqueles que contribuíram desde o período de 2019.1, início desse curso, pelas ajudas direta ou indiretamente, grata. Lembro-me que nos primeiros períodos tive que usar os dados moveis e ter que ir à casa de algum familiar, por não tem *wifi* em casa, para baixar arquivos e acessar o *Moodle*, são momentos que marcam. Enfim, a Deus e a todos que somaram passivamente para eu chegar até o TCC.

A IMPORTÂNCIA E PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PEDRO RÉGIS-PB

Resumo: Com o processo de democratização iniciado pela promulgação da Constituição de 1988, surgiram metodologias de participação popular para resolutividade das questões sociais. O orçamento participativo (OP) é um desses instrumento de participação popular em que diversos municípios vêm utilizando-o para a elaboração do orçamento público. Buscando avaliar o envolvimento da participação popular e a gestão democrática por meio do OP, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a importância e a percepção da população sobre o Orçamento Participativo no município de Pedro Régis no Estado da Paraíba. Especificamente, pretende-se: a) identificar o processo de elaboração e execução do orçamento público participativo do município; b) estudar a importância da implantação do orçamento participativo para a população do município de Pedro Régis; e c) Mapear a percepção da população sobre o orçamento público participativo. A metodologia utilizada nessa pesquisa caracteriza-se como descritiva quanto aos objetivos, de abordagem quanti-qualitativa sendo realizada por meio estudo de caso, aplicado através de questionários à população de Pedro Régis-PB. Os resultados alcançados mostram a importância e a participação positiva da população acerca do orçamento participativo no município de Pedro Régis. Verificou-se que o desenvolvimento da gestão nas últimas audiências públicas do OP tem colaborado para o desenvolvimento de uma gestão mais coletiva e participativa. Bem como, constatou-se elementos negativos na percepção da população acerca da atuação da gestão municipal no OP. Neste caso, enfatiza-se a importância de políticas municipais mais claras no planejamento e execução do orçamento público participativo.

Palavras-chave: Orçamento participativo, Percepção da população, Pedro Régis, Paraíba.

Abstract: With the democratization process initiated by the enactment of the 1988 constitution, methods of public participation emerged to resolve social issues. The participatory budget (PB) is one such instrument of popular participation in which several municipalities have been using it to prepare the public budget. Seeking to evaluate the involvement of popular participation and democratic management through the PB, this research aimed to analyze the importance and perception of the population about the Participatory Budget in the municipality of Pedro Régis in the State of Paraíba. Specifically, it is intended to: a) identify the elaboration and execution process of the municipal participatory public budget; b) study the importance of implementing the participatory budget for the population of the municipality of Pedro Régis; and c) Map the population's perception of the participatory public budget. The methodology used in this research is characterized as descriptive as to the objectives, with a quantitative and qualitative approach being carried out through a case study, applied through questionnaires to the population of Pedro Régis-PB. The results achieved show the importance and positive participation of the population regarding the participatory budget in the municipality of Pedro Régis. It was verified that the development of management in the last PB public hearings has contributed to the development of a more collective and participative management. As well as negative elements were found in the population's perception of the role of municipal management in the OP. In this case, the importance of clearer municipal policies in the planning and execution of the participatory public budget is emphasized.

Keywords: Participatory budget, Perception of the population, Pedro Regis, Paraíba.

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conhecimento dos cidadãos sobre o OP.....	28
Gráfico 2 – Meios de informação dos cidadãos sobre o OP.....	28
Gráfico 3 – Grau de conhecimento dos cidadãos sobre o OP.....	29
Gráfico 4 – Nível de importância do OP para as finanças.....	29
Gráfico 5 – Fatores de importância do OP.....	30
Gráfico 6 – Área de atuação do OP.....	31
Gráfico 7 – Participação nas audiências do OP.....	31
Gráfico 8 – Motivos de dificuldades de participação do OP.....	32
Gráfico 9 – Avaliação da Gestão pelos cidadãos.....	33

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica do Município de Pedro Régis na Paraíba.....	22
--	----

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Exercício financeiro de 2022 do Município de Pedro Régis – PB	22
Tabela 2 – Perfil socioeconômico da amostra	26

LISTAS DE SIGLAS

FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IPTU	Imposto sobre propriedade territorial urbana
ISS	Imposto sobre serviços
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei de Orçamentos Anuais
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
ODE	Orçamento Democrático Estadual da Paraíba
OP	Orçamento Participativo
PPA	Plano Plurianual
PT	Partido do Trabalhador

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 Orçamento Público: aspectos teóricos	13
2.2 Participação Popular e Gestão Democrática	15
2.3 Orçamento Participativo	16
2.3.1 Fases de implementação do orçamento participativo	17
2.3.2 Importância do orçamento participativo para os municípios	18
2.4 Algumas experiências de implementação do OP: revisão da literatura	19
3. METODOLOGIA	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
4.1 O município de Pedro Régis e suas condições financeiras	21
4.2 Análise do mapeamento e elaboração do orçamento participativo em Pedro Régis/PB	23
4.3 A percepção e importância do OP para a população de Pedro Régis/PB	25
4.3.1 Perfil dos participantes da amostra	26
4.3.2 Percepção dos participantes sobre a importância do Orçamento Participativo ...	27
4.3.3 Percepção da população sobre a gestão municipal de Pedro Régis/PB	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

A IMPORTÂNCIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PEDRO RÉGIS-PB

1 INTRODUÇÃO

No contexto de participação popular, a Constituição de 1988 surge para aplicar uma nova perspectiva, uma administração pública participativa, passando a incluir os cidadãos nas decisões da gestão pública e estabelecendo um Estado democrático (GARIN, 2016). A participação da sociedade é relevante, principalmente, quando se trata do orçamento público em orçar as despesas e receitas da administração pública. O orçamento público é construído a partir das necessidades da sociedade, nesse sentido, incluir os cidadãos no planejamento orçamentário é compreender que estes também são conhecedores das necessidades da região em que residem.

De acordo com a Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana, o orçamento participativo (OP) pode ser definido como instrumento de participação popular do planejamento municipal e torna obrigatória a aprovação do orçamento municipal pelo poder legislativo a partir da inclusão da comunidade na participação do processo de planejamento. Segundo Lüchmann (2014) o orçamento participativo surge como alternativa da construção do orçamento público, por incorporar a participação direta e representativa dos cidadãos nas discussões e deliberações de políticas com a administração pública em relação ao destino de parte dos recursos público municipais.

A sétima Constituição estabelecida em 5 de outubro de 1988 incorpora mudanças no orçamento público, abordando novas regras e conceitos orçamentários, sobretudo na implantação de novos instrumentos orçamentários como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamentos Anuais (LOA), ampliando o ciclo orçamentário com novas possibilidades de execução do orçamento. (GIACOMONI, 2021).

De acordo com Pires (2013), o orçamento participativo no Brasil surgiu em nível local na década de 80. Em 1989, Porto Alegre adotou o orçamento participativo em sua estratégia de gestão pública e, a partir dos anos 2000, mais de mil municípios optaram como método de controle de recursos públicos. Na Paraíba, por sua vez, o orçamento participativo conhecido como Orçamento Democrático Estadual da Paraíba (ODE) teve sua implementação em 2010 sob a gestão do governador Ricardo Coutinho e se alastra até os dias atuais (SILVA, 2015). No qual em cada ano, verifica-se a adesão e inserção do orçamento participativo na gestão das cidades paraibanas.

O município de Pedro Régis, localizado na Paraíba, com vinte nove (29) anos de emancipação política, comemorado em 29 de abril de 2023 e com uma população estimada de 6.139 habitantes em 2021 de acordo com os dados do IBGE 2023, tem buscado realizar plenárias participativas a fim de estabelecer entre a administração pública e a sociedade engajamento na construção do orçamento público. O município adotou a prática de audiência pública há alguns anos, mesmo com pouca participação popular.

Diante desse contexto, este artigo teve por finalidade responder ao seguinte questionamento: Qual a percepção da população sobre a importância do orçamento participativo no município de Pedro Régis no Estado da Paraíba no período de 2023?

Deste modo, o objetivo geral da pesquisa é analisar a percepção da população sobre a importância do Orçamento Participativo no município de Pedro Régis no Estado da Paraíba em 2023. Especificamente, pretende-se: a) analisar a participação da população na elaboração e execução do orçamento público participativo do município; b) identificar a percepção da população sobre a importância do orçamento participativo para a população do município de Pedro Régis; e c) Mapear a percepção da população sobre o orçamento público participativo.

Na literatura, estudos sobre a implementação e avaliação do orçamento participativo têm buscado melhores formas de compreender os aspectos positivos e negativos desse processo nos municípios do Brasil. ver por exemplo, Cruz Neto (2009), Silva (2014), Santos (2015), Moura (2016), Costa (2018), Perrusi e Costa (2018), Rodrigues (2018), Gonçalves (2019), Santana (2020), Souza (2021), Coriolano (2022) e Guedes (2022). Muito embora, existem pesquisas realizadas na direção do trabalho, ainda não foram encontrados estudos no sentido de analisar o processo de implementação e a importância do Orçamento Participativo no município de Pedro Régis no Estado da Paraíba.

A escolha desse tema justifica-se tanto pela importância que o controle social detém sobre a aplicação das receitas e gastos em obras e serviços que atendam a população no âmbito de políticas públicas, quanto, por se tratar de um mecanismo ainda pouco utilizado pelos municípios paraibanos e de caráter recente na literatura. Bem como, pela necessidade de estudos que investiguem a experiência de implementação de orçamentos participativos na Paraíba, principalmente, em municípios de pequeno porte, como Pedro Régis. A contribuição deste estudo reside em apresentar de forma preliminar como o orçamento participativo é realizado no âmbito de uma cidade de pequeno porte e como a população e a gestão municipal articula, planeja e executa as despesas e as receitas, com a finalidade de atender a realidade social, política e financeira do município.

Para atingir o objetivo proposto, este artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, discorre-se acerca da fundamentação teórica. Na terceira seção, é apresentado o método de pesquisa. Em seguida, é realizada a apresentação dos resultados e dados encontrados. E por fim, conclui-se com a discussão sobre os aspectos relevantes do orçamento participativo no município de Pedro Régis obtidos na pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico, que embasa a pesquisa aborda os conceitos do orçamento público, da participação popular, da gestão democrática, do orçamento participativo e de algumas experiências de implementação do orçamento participativo no Brasil.

2.1 Orçamento Público: aspectos teóricos

O orçamento público pode ser definido como um instrumento legalmente utilizado pela administração pública em que se estima fontes de receitas a serem arrecadadas por órgãos e entidades públicas e despesas a serem fixadas e aplicadas, por um período determinado, para a realização de ações, serviços e na consecução de programas de trabalhos, visando atender às necessidades da população, sendo o processo orçamentário autorizado pelo poder legislativo ao poder executivo, de modo a autorizar o gasto dos recursos arrecadados na utilização e financiamento dos serviços (SANTOS, 2011).

Todas as esferas governamentais e seus poderes possuem orçamento público, ele é um dos principais instrumentos de governança. É por meio dele que se torna possível subsidiar o desenvolvimento de uma sociedade, promover políticas públicas, ofertar bens e serviços para uma população. “É arrecadando e gastando seguindo um plano que o governo modifica uma sociedade, em maior ou menor grau conforme a eficiência, a eficácia e a efetividade de suas ações” (SANTOS, 2001, P.5).

A Constituição de 1988, estrutura o orçamento público com base em três documentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Orçamentos Anuais (LOA). Trata-se de documentos-base para o planejamento da elaboração e execução do orçamento.

O PPA, conforme os termos legais da constituição, estabelecerá, de maneira regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Segundo Crepaldi e Crepaldi (2013) o PPA é um plano que estabelece os programas e metas do

governo a longo prazo, pois é válido por quatro anos, sua característica é a regionalização, por servir de instrumento para diminuição de desigualdade entre as diversas regiões, sua vigência inicia-se no segundo ano de mandato do governo que o elaborou até o primeiro ano do mandato subsequente.

A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em concordância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, conforme a Constituição de 1988. Segundo Crepaldi e Crepaldi (2013), a LDO é a lei que intermedia o PPA e a LOA por dispor das diretrizes para a elaboração e orientação do orçamento para exercício subsequente e vigência anual, ainda, propicia a participação do poder legislativo na participação das finanças públicas, além de dispor do equilíbrio das contas públicas, critérios e formas de limitação de empenho, controle de custos, avaliações de resultados e as condições para transparências dos recursos, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A LOA é um plano de trabalho que se refere as demandas e ações a se realizar durante um exercício financeiro, estimando todas as receitas e fixando todas as despesas do governo para um ano, mantendo compatibilidade com o PPA e a LDO, segundo Crepaldi e Crepaldi (2013). No artigo 165 § 5º da constituição, a LOA, contém três orçamentos, sendo eles da administração direta ou indireta, são: o orçamento fiscal; o orçamento de investimento das empresas estatais; e o orçamento da seguridade social.

No ano de 2000, surge a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impõe aos gestores mais responsabilidades sobre o orçamento financeiro da administração pública com a finalidade de obter maior fiscalização das finanças públicas. A Lei Complementar n.º 101/2000 estabelece, em seu Art. 1º§ 1º, que:

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A LRF vem ressaltar o princípio da publicidade, delegando responsabilidade à gestão na transparência da prestação das contas públicas, nos cumprimentos das metas estabelecidas na

lei. Segundo Crepaldi e Crepaldi (2013) os princípios que fundamentam da LRF, são: o planejamento, a transparência, a participação popular, o equilíbrio, a preservação do patrimônio público, a limitação de despesa e o controle do endividamento público.

2.2 Participação Popular e Gestão Democrática

A participação popular na administração pública, é um avanço e surgiu após o Brasil viver um período de governo do regime militar (1964-1985), época que os governos dos militares eram contra o conceito de democracia participativa existente, na época o Brasil viveu momentos de repressões e violação dos direitos.

As discussões e os movimentos em torno do retorno ao sistema democrático republicano provocaram várias mobilizações públicas em combate ao regime militar. A promulgação da Constituição Federal de 1988 apresenta um Estado Democrático de Direito, no texto constitucional diz que “todo poder emana do povo”, nesse sentido, dar-se ao povo a oportunidade de membro efetivo do controle social da administração pública, a participação popular sendo uma participação representativa e direta (LOCK, 2012).

O novo Estado democrático brasileiro permite um elo entre a gestão e o povo sobre um aparato de participação no planejamento administrativo das ações, serviços e na criação das políticas públicas. Porém “a participação popular não quebra o monopólio estatal da produção do Direito, mas obriga o Estado a elaborar o seu Direito de forma emparceirada com os particulares (individual, ou coletivamente).” (BRITTO, 1992 P.121)

De acordo com Modesto (1999), a participação administrativa em seu sentido amplo considera-se todas as formas de interferência de terceiros na realização da função administrativa do Estado, porém é no sentido mais estrito que há participação popular na interferência dessas funções, é o cidadão ou representante de grupos sociais interferindo em favor da coletividade.

Modesto (1999, p.2) acrescenta que:

A participação cidadã em sentido estrito, diz respeito a um grau mais amplo de desenvolvimento político, pois refere a formas de participação objetiva, semidiretas ou diretas do povo na condução da função administrativa do Estado São exemplos: a participação do cidadão na composição do Conselho de Contribuintes; a denúncia de irregularidades ou do abuso de poder, mediante representação; a participação em conselhos deliberativos onde são debatidos temas de interesse geral, a participação em audiências públicas, a reclamação relativa à prestação dos serviços públicos, entre outras formas.

Nesse sentido, destacamos o OP atrelado ao orçamento público que surgiu como meio de interferência coletiva no processo do planejamento orçamentário, encarecendo no conceito de participação popular e gestão democrática.

2.3 Orçamento Participativo

Na sociedade contemporânea, a participação dos cidadãos perante as ações de um governo, seja ele de qualquer esfera, torna-se cada vez mais importante, estabelecer uma governação democrática, incluindo as pessoas na construção de uma gestão participativa, proporciona mais transparência sobre as ações e serviços da gestão. A participação da população no planejamento do orçamento público é constitucionalmente estabelecida e um dos mecanismos utilizados é o orçamento participativo.

Como relata Lüchmann (2002) umas das ideias de democracia deliberativa parte do modelo ou do ideal que justifica a atuação do poder político pela coletividade, em que os indivíduos são livres e iguais perante a tomada de decisão do poder público, por meio de mecanismos e espaços criados para a discussão dos interesses coletivos, cabendo aos cidadãos participarem de forma legítima reunindo-se e dialogando para discutir sobre as prioridades e as resoluções apresentadas pelas arenas institucionais do sistema estatal.

Os governos precisam se organizarem para alocar os recursos em diversas áreas de atuação como: saúde, educação, segurança, assistência social, infraestrutura, entre outras, de modo que atenda planejadamente as principais escassez de cada área de atuação governamental. Por isso, o orçamento participativo é um acréscimo para o desenvolver do processo de planejamento orçamentário, já que os cidadãos estão frente a frente das necessidades de cada área social. “Orçamento Participativo é a comunidade decidindo junto com o governo municipal onde os investimentos vão ser realizados, mediante um processo de debates em todos os bairros, comunidades e entidades” (CREPALDI; CREPALDI, 2013, p.238).

No Brasil, a consolidação da democracia deliberativa do orçamento público por meio do OP já existe em diversos municípios, temos como exemplo o OP de Porto Alegre-RS. Segundo Lüchmann (2002), o OP do município de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, iniciou-se na gestão do governo do partido do trabalhador (PT), a ideia de implantação do OP passou por várias críticas, no primeiro ano da implantação, a administração passou por diversos obstáculos, porém a equipe da gestão passaram a adotar novas medidas e fez com que o OP fosse impulsionado passando a ser reconhecido.

2.3.1 Fases de implementação do orçamento participativo

Gonçalves e Silva (2020) aborda que mesmo que não exista uma regra definitiva a ser seguida em todos os orçamentos participativos, ele deve conter de alguns passos para a organização e sua elaboração, são: a realização das assembleias locais e setoriais; a realização das reuniões nas câmaras municipais; a organização de um comitê; a avaliação do processo.

Pires (2001, p.87) também nos afirma que:

A elaboração do orçamento com participação popular pode se basear nas mais diversas metodologias. Não existe um modelo que sirva a todas as realidades. Além disso, uma mesma prefeitura pode adotar diferentes metodologias ao longo do tempo, variando de ano a ano, conforme o aprendizado e as conveniências. Antes de iniciar a prática é necessário, sempre, fazer um diagnóstico da realidade.

Sánchez (2002) (*apud* SEBASTIÃO, 2014, P.17-16) aborda sobre como se procede o processo do OP:

Em primeiro lugar, é importante analisar em que setor o OP é desenvolvido nos governos. Ele é planejado e avaliado no gabinete do prefeito ou da prefeita, na Secretaria de Governo, na Secretaria de Planejamento, na Secretaria de Finanças ou constitui uma Secretaria voltada para essa função específica (elaborar e acompanhar o OP). Em segundo lugar, é importante descrever a dinâmica do OP, o chamado ciclo do orçamento, que se renova anualmente e que organiza todo esse processo de participação. O processo começa em março, primeiramente com caráter informativo, em alguns casos com indicação de prioridades e escolha de representantes populares. Entre abril e junho (ou julho), ocorrem as reuniões regionais e temáticas (quando existem discussões desse teor) para seleção de prioridades e eleição de representantes. Podem ocorrer reuniões intermediárias para confirmar as escolhas realizadas. Entre julho e setembro ocorre a etapa mais importante. É o momento da negociação entre Executivo e representantes da população e entre regiões da cidade sobre a montagem da proposta orçamentária. Em geral, o processo se concentra próprio conselho do OP e considera a aplicação dos critérios distributivos de caráter geral e os critérios técnicos para avaliação das prioridades levantadas pela população. [...] O encaminhamento da proposta orçamentária para a Câmara Municipal configura a última etapa – de tramitação no Legislativo. Esse momento é fundamental por ser realizado um primeiro teste do compromisso do governo e da coalizão política que o sustenta em relação ao OP e ao Plano de Investimento por eles votados.

Nessa abordagem de Sánchez (2002), podemos verificar de modo geral como se procede, resumidamente, uma das maneiras de como realizar o OP, na literatura podemos encontrar modelos de como realizar o ciclo estrutural do OP.

De modo a garantir legalmente e de forma deliberativa a atuação dos cidadãos na participação o orçamento público por meio do OP, se faz necessário a instituição da lei que implanta o orçamento participativo no município de Pedro Regis/PB, para assegurar e obrigar a sua efetiva atuação em todas as gestões seguintes. Ver, como exemplo, a Lei do município de Duas Estradas de nº 237/2017 e a do município de João Pessoa, capital da Paraíba, por meio da Lei Municipal nº Lei nº 11.903/2010, que institucionaliza o orçamento democrático, seguida alterada pela Lei nº 12.539/2013, que institucionaliza o orçamento participativo no município.

2.3.2 Importância do orçamento participativo para os municípios

Nos municípios a implantação do orçamento participativo parte da proposta de gestão democrática, tirando a visão de uma gestão aplicada de “cima para abaixo”, ou seja, apenas centradas nas decisões do governo, passando a elevar a importância da construção de uma governança aplicada em conjunto com a opinião popular. Sánchez (2002) (*apud* SEBASTIÃO, 2014, P.6) vem nos dizer que:

Nos dias atuais, a democracia participativa deu um novo entusiasmo à vida política, por diversas razões. Essas razões são até certo ponto díspares e levam a comunidade intelectual e as lideranças políticas de distintos matizes a valorizar o debate sobre participação e democracia.

A execução do OP valoriza a participação da sociedade nas tomadas de decisões sobre a execução de obras e serviços pela administração pública, assim como permite a interação entre o cidadão e o governo, aplicando, portanto, a có-gestão na administração pública, além de proporcionar transparência das ações o governo passa adquirir maior confiabilidade da população em relação ao modelo de governança.

Souza (2002) diz que,

O processo de responsabilidade social está associado ao processo de cogestão, uma vez que o segundo reflete o grau de participação da sociedade diante das prioridades para a administração dos recursos públicos que em conjunto com o gestor são contempladas para um determinado exercício frente aos recursos escassos, portanto cabe ao gestor a responsabilidade de gerir os recursos da sociedade de forma a tender a população de forma transparente e responsável.

2.4 Algumas experiências de implementação do OP: revisão da literatura

O orçamento participativo nos municípios vem sendo analisado em diversos períodos por pesquisas acadêmicas realizadas a fim de identificar como se procede à excursão, o planejamento e a inserção da população na tomada de decisões sobre as prioridades do orçamento público, visando a prática da efetiva gestão democrática.

Wampler (2008) em sua pesquisa, procurou avaliar a probabilidade de que um município adote o OP, recorrendo à análise de regressão logística para testar um modelo que incluía variáveis eleitorais, econômicas, regionais e de redes de políticas públicas. Os resultados obtidos pelo autor, mostram que o OP se disseminou a partir da implantação do OP no município de Porto Alegre/RS, posteriormente, outros municípios o adotaram, na busca de obter benefícios gestionários e eleitorais a partir de sua associação a um programa conhecido por sua ênfase na justiça social, na transparência e na participação direta.

Moura (2016), realizou a pesquisa com o objetivo específico de estudar os principais aspectos do orçamento participativo no Brasil em linha com os objetivos gerais de analisar o orçamento público através do Plano Plurianual, compreender a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual; teorizados sobre o orçamento participativo. O autor concluiu que o orçamento participativo pode ser considerado como uma evolução do processo democrático, ainda que somente em nível municipal. Verificou-se também na pesquisa, que algumas cidades que o aderiram ficaram perceptível a interferência da população nos assuntos do poder público, ampliando por parte desta, as noções de cidadania. Ademais, o autor enfatizou que no decorrer do tempo, este fato, pode vir a provocar impactos substanciais, podendo conduzir à uma inversão de poder na estrutura política do município.

Na pesquisa desenvolvida por Perrusi e Costa (2018), os autores buscam analisar o processo de planejamento e excursão do OP como um mecanismo de gestão democrática no município de Duas Estradas/PB. Para tanto, utilizou-se uma metodologia com uma abordagem quantitativa e qualitativa através da aplicação de questionários a população. Os resultados obtidos mostram que a implantação do OP favorece o desenvolvimento de uma gestão democrática com a atuação da população na implantação e deliberação de políticas públicas. No entanto, os autores destacam a baixa participação da população, e a necessidade de aplicação de ações que incentive a população a participarem. Os conselheiros se mostraram, por meio dos dados obtidos, engajados e interessados com o processo de execução do OP e das tomadas de decisões sobre quais as prioridades para a aplicação dos recursos orçamentários no município.

Gonçalves (2019) apresentou um estudo sobre a importância da participação social no orçamento participativo. O objetivo do trabalho visou entender as formas de participação na aplicação da transparência no orçamento participativo, referente às suas práticas nos municípios, e buscando a forma democrática. A pesquisa apresenta uma revisão teórica que aborda sobre a evolução do Estado que passou de um Estado clientelista, centralizador, e passa a ser um Estado democrático de Direito, gerenciado entre Estado, governo municipal e sociedade. Os resultados da pesquisa destacam que o orçamento público como gestão democrática induziu a gestão participativa na sua elaboração, o conhecido orçamento participativo.

Santana (2020) realizou sua pesquisa com o objetivo verificar como acontece o processo de elaboração das etapas do OP participativo na cidade de João Pessoa/PB. Constatou-se que a prática, o OP tem relevância e efetividade para o município no sentido de saber realmente onde investir os recursos, além de ampliar e consolidar a participação dos cidadãos em todas as etapas de elaboração das propostas orçamentárias, fazendo com que o OP se perpetue e vá além da decisão partidária de cada cidadão. Verificou-se também através dos resultados da pesquisa do autor, que a secretaria procurou se adequar a melhor metodologia para ser aplicada no processo de cada etapa do OP segundo as necessidades que se apresentaram no período analisado pelo autor.

3 METODOLOGIA

A metodologia da presente pesquisa pode ser definida em relação aos objetivos como descritiva, onde procurou-se abordar o processo de implementação, a percepção e a importância para a população sobre o Orçamento Participativo no município de Pedro Régis no Estado da Paraíba. Gil (2022), aborda que as pesquisas descritivas “têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”.

Quanto a abordagem, pode-se caracterizar como quanti-qualitativa, por se utilizar dados e informações perceptíveis ao mesmo tempo. Essa abordagem se utiliza de métodos mistos, que são métodos quantitativos como qualitativos para a coleta e obtenção dos resultados no seu delineamento (GIL, 2022). Quanto aos procedimentos técnicos, caracteriza-se como estudo de caso. Esta possui contato súbito do fenômeno a ser estudado com o pesquisador, procurando por meios de procedimentos e recursos explicar a problemática, sendo necessário delimitar o campo ou área de atuação da pesquisa e quais serão os participantes (NASCIMENTO, 2016).

O modo de coleta das respostas foi realizado por meio de dois questionários para coleta das informações, sendo um direcionado à gestora do município com 20 questões, enviado via *link* pelo *WhatsApp*, no qual a gestora municipal deu o recebido, mas não respondeu as questões e o outro direcionado à população em geral, enviado via *link* pelo *whatsapp* aos cidadãos do município (pessoas acima de 18 anos), este com 25 questões, ambos contendo questões objetivas e subjetivas (em anexo), formulados com base nos questionários de Santana (2020) e Souza (2021). Os questionários foram aplicados do dia 08 ao dia 19 de maio de 2023 no município de Pedro Régis na Paraíba, através do uso da ferramenta *Google Forms*.

A amostra foi composta inicialmente por 47 questionários respondidos pelos cidadãos. Contudo, um participante não autorizou que os dados fossem trabalhados para fins de resultados da pesquisa sendo este excluído da amostra, totalizando 46 questionários na amostra analisada. Para a tabulação, foi utilizado o *Microsoft Excel*. Bem como, foi utilizado pesquisas bibliográficas: relatórios e livros para a construção do referencial teórico, bem como, Documentos e relatórios do Orçamento Municipal, Atas das audiências públicas e leis na coleta de informações para a análise dos dados.

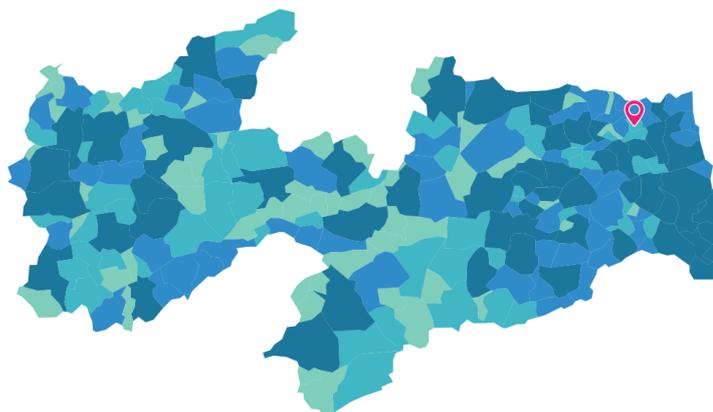
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa foram segregados em quatro tópicos. A primeira parte apresenta as principais características e as condições financeiras do Município de Pedro Régis/PB. Na segunda parte, mostra-se uma análise do mapeamento e elaboração do orçamento participativo. Na terceira parte, apresenta-se a percepção e importância do OP para a população de Pedro Régis/PB. E por fim, a quarta parte trata da percepção da população sobre a gestão municipal no processo de implantação e execução do OP.

4.1 O município de Pedro Régis e suas condições financeiras

O município de Pedro Régis localizado no estado da Paraíba possui uma área territorial de 74,216 km² em 2022, com uma população estimada de 6.139 habitantes em 2021, com o valor do PIB de 8.569,80 R\$ em 2020 (IBGE, 2023) e está localizado a 87,0 km de distância da capital do Estado (Ver na Figura 1 marcado pelo símbolo vermelho). O município foi emancipado em 29 de abril de 1994 (IBGE, 2023).

Figura 1: Localização geográfica do Município de Pedro Régis na Paraíba



Fonte: IBGE, (2023).

Quando se analisa as condições financeiras constata-se que no município de Pedro Régis, o balanço orçamentário de 2022 encontra-se regulamentado pela Lei 383/2021, no qual demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Com base nos dados do orçamento municipal, contidas no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Pedro Régis (2023), observa-se que 71,49% das receitas são oriundas da Administração direta, na qual o poder executivo é responsável por 67,47% e o poder legislativo corresponde a 4,01% do total de receitas. Na administração indireta, constata-se que 27,54% das receitas são destinadas ao município pelas transferências do Fundo Municipal de Saúde, conforme Tabela 1 a seguir.

As principais receitas destinadas aos municípios são provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além das taxas de impostos, a exemplo dos Imposto sobre propriedade territorial urbana (IPTU) e Imposto sobre serviços (ISS).

Tabela 1 - Exercício financeiro de 2022 do Município de Pedro Régis –PB

Continuação

LOA - 2022	
ESTIMATIVA DA RECEITA	FIXAÇÃO DA DESPESA
I. ADMINISTRAÇÃO DIRETA	I. ADMINISTRAÇÃO DIRETA R\$ 16.080.300,00 =
R\$ 16.080.300,00 = 71,49%	72,20%
Poder Executivo R\$ 15.177.700,00 = 67,47%	DESPESAS CORRENTES R\$ 13.551.300,00 =
Poder Legislativo R\$ 902.600,00 = 4,01%	60,84%
II. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	Pessoal e Encargos Sociais R\$ 8.637.500,00 = 38,78%
R\$ 6.194.600,00 = 27,54%	Outras Despesas Correntes R\$ 4.913.800,00 = 22,06%
Fundo Municipal de Saúde R\$ 6.194.600,00 =	DESPESAS DE CAPITAL R\$ 2.309.000,00 = 10,37%
27,54%	Investimentos R\$ 2.189.000,00 = 9,83%

III. TOTAL (I + II) R\$ 22.274.900,00	Amortização da Dívida R\$ 120.000,00 = 0,54%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	II. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA R\$ 6.194.600,00
R\$ 220.000,00 = 0,98%	= 27,80%
	DESPESAS CORRENTES R\$ 5.259.100,00 = 23,71%
	Pessoal e Encargos Sociais R\$ 3.360.600,00 = 15,09%
	Outras Despesas Correntes R\$ 1.898.500,00 = 8,52%
	DESPESAS DE CAPITAL R\$ 935.500,00 = 4,20%
	Investimentos R\$ 935.500,00 = 4,20%
	III.TOTAL (I + II) R\$ 22.274,900
Total das Receitas R\$ 22.494.900,00	Total das Despesas R\$ 22.274.900,00

Fonte: Portal de Transparência da Prefeitura de Pedro Régis¹.

Em relação as despesas do município, verifica-se que 72,20% correspondem a administração direta, com o maior peso dos gastos com despesas correntes (60,84%) e despesas de capital (10,37%) Em despesas correntes, verifica-se que 38,78% correspondem a pessoal e encargos sociais e 22,06% de outras despesas correntes. Em despesas de capital, 9,83% totalizam os gastos com investimentos no município e 0,54% pagamento de amortização das dívidas. No quesito administração indireta, constata-se que 27,80% referem-se as despesas correntes (23,71%) e as despesas de capital (4,20%).

De forma sintética, pode-se resumir que o resultado da execução orçamentária do Exercício de 2022 foi positivo, correspondendo a um superávit de R\$ 220.000,00 posto que as receitas realizadas superaram as despesas empenhadas no período analisado.

4.2 Análise do mapeamento e elaboração do orçamento participativo em Pedro Régis/PB

A participação de representantes na elaboração do orçamento público surge por meio de audiências públicas segundo as análises documentais mediante atas da realização de audiências públicas disponibilizada pelo arquivo municipal da prefeitura de Pedro Régis na PB.

Com base nos relatórios analisados, verifica-se que a primeira audiência pública foi realizada em 2008 para a LOA do exercício de 2009. Neste caso, identificou-se que as audiências eram realizadas de forma restrita com a maior participação de representantes de órgão públicos, do conselho tutelar, diretores escolares, da Emater, do prefeito e poucas pessoas

¹ Disponível em: (<https://www.pedroregis.pb.gov.br/legislacao/loa/lei-3832021-loa-2022>). Acessado em: 20/05/2023.

do município, totalizado a participação de vinte e oito (28) pessoas. Considerando o início da participação popular e a realização da primeira audiência pública identifica-se que a mobilização na inclusão dos cidadãos não obteve um incentivo maior por parte da gestão, podendo ter adotada mobilização, centralizada, em representatividades por localidade. Na análise, consta um longo período temporal sem dados que demonstrasse outras reuniões de OP, além das apresentas, por não ter sido disponibilizado documentos para a possível análise.

Na audiência pública, que aconteceu em vinte e dois (22) de agosto de 2017 para a elaboração do PPA de 2018/2021 e da LOA de 2018, seguindo a mesma dinâmica de representantes da audiência pública de 2009, destaca-se a continuidade da mesma forma de organização (conforme Imagem 1 em anexo). Além da Ata da assembleia foi disponibilizado o modelo do convite que eram enviados aos representantes de órgãos públicos, aos vereadores e para uma pessoa de cada região do município para representar sua localidade, nele discriminava além do assunto da audiência o local, realizada na câmara municipal de Pedro Régis, totalizando a participação de trinta e oito (38) pessoas.

Nesta audiência pública, constata-se que a audiência foi aberta pelo secretário chefe de governo que saudou a todos, passando a fala para as demais autoridades presentes, que falaram sobre a importância da participação de todos os presentes para melhor atender as necessidades da comunidade. Em seguida, foram disponibilizados formulários para que todos pudessem responder após debaterem sobre as demandas escolhendo as prioridades para o município e a população. Posteriormente, a população e demais representantes citavam as demandas escolhidas, e ao final foi passada a palavra aos presentes que agradeceram a oportunidade de participarem da audiência, logo após sendo a sessão encerrada pelo presidente e a ata lavrada em 22 de agosto de 2017.

A penúltima audiência realizada aconteceu em 2021 para a elaboração do PPA de 2022/2025 e a LOA de 2022, que ocorreu dividido em três audiências públicas em espaço aberto nas localidades do município, em setembro de 2021. Constata-se que nestes dois casos, a população foi informada pelos meios de comunicações oficiais da prefeitura, como, por exemplo, as redes sociais, carro de som, entre outros.

Neste caso, observa-se que a primeira audiência em 2021, aconteceu na quadra do sítio Barro vermelho, onde abrangeu além dessa comunidade a comunidade dos sítios: Carnaúba, Pau D'arco de Cima, Pau D'arco de baixo e Canto de Pedra, compareceram cento e vinte e três (123) pessoas (conforme Imagem 2 em anexo). A segunda audiência de 2021, ocorreu em frente ao "Mercadinho de Dedinha no sítio Lages", que abrangeu além dessa comunidade a

comunidade dos sítios: Cafula, Cambambe e Cuité, na qual compareceram setenta e cinco (75) pessoas (conforme Imagem 3 em anexo). A terceira audiência pública ocorreu, em frente à Escola Margarida Dias, na Av. Senador Ruy Carneiro, que abrangeu além de toda a cidade a comunidade do sítio Sapucaia e do Bairro São Jose, na qual compareceram sessenta e oito (68) pessoas (conforme Imagem 4 em anexo).

Verifica-se pelas atas analisadas, que as assembleias foram abertas pela prefeita, que frisou “sobre a importância da participação de todos no debate de tão importante matéria que tem como objetivo a elaboração dos instrumentos de planejamento do município e a participação da sociedade é de relevância para a seleção das diretrizes, objetivos prioridade e metas a serem estabelecidas na estrutura do orçamento do município”. Na assembleia, verifica-se que foi aberto o espaço para a população que desejasse indicar ações ou serviços para a sua região ou município, e alguma pessoas abordaram suas reivindicações. Ademais, constata-se que foram distribuídas no credenciamento ficha de prioridades para cada pessoa presente na audiência em que constava as seguintes identificações: local do participante, gênero, idade, escolaridade. No documento, solicitava-se que fossem indicadas duas ações, como, obras ou serviços, para serem realizadas na localidade ou município, classificando tais ações, como prioridade por área de atuação consoante as indicações e, ainda, um espaço para crítica ou elogio a gestão municipal.

A última audiência pública realizada no município de Pedro Régis, ocorreu em 25 de abril de 2023, no ginásio “O Anselmão”, na Rua José Roseno para a elaboração da LDO e LOA de 2024. Verifica-se que a audiência seguiu o mesmo roteiro descrito na audiência anterior. Porém, mudou a dinâmica referente ao OP realizado em 2021, concentrando-se em uma única plenária na zona urbana, que compareceram cento e treze (113) pessoas com maior representatividade da cidade (conforme Imagem 5 em anexo).

Sendo analisado períodos diferentes de realizações de audiências públicas para a elaboração do orçamento público do município de Pedro Régis-PB, percebe-se mudanças no quantitativo de participação popular e na dinâmica de sua elaboração das audiências públicas (2009 e 2017) em relação as audiências de OP mais recente (2021 e 2023).

4.3 A percepção e importância do OP para a população de Pedro Régis/PB

Buscando identificar a importância do orçamento participativo para a população, realizou-se uma pesquisa por meio de questionário aplicado via *Google Forms*, no período de 09 a 19 de maio, totalizando 46 questionários considerados na amostra analisada.

4.3.1. Perfil dos participantes da amostra

Na Tabela 2 verifica-se os dados do perfil socioeconômico da amostra analisada. Conforme os dados apresentados na tabela1, verificou-se que a maioria dos respondentes é do gênero feminino com 60,9% e 39,1% do gênero masculino.

Tabela 2 – Perfil socioeconômico da amostra

	Continuação	
GÊNERO	QTD	%
Masculino	18	39,1%
Feminino	28	60,9%
Total	46	100%
IDADE	QTD	%
Entre 18 e 23 anos	7	15,2%
Entre 24 e 29 anos	16	34,8%
Entre 30 e 35 anos	7	15,2%
Entre 36 e 41 anos	7	15,2%
Entre 42 e 47 anos	2	4,3%
Entre 50 a mais	7	15,2%
Total	46	100%
FILHOS	QTD	%
Não	24	52,2%
Sim. Um filho (a)	12	26,1%
Sim. Dois filhos (as)	8	17,4%
Sim. Três filhos (as)	1	2,2%
Sim. Quatro filhos (as)	1	2,2%
Total	46	100%
ESTADO CIVIL	QTD	%
Solteiro(a)	28	60,9%
Casado(a)	15	32,6%
Divorciado(a)	3	6,5%
Viúvo(a)	0	0%
Total	46	100%
ESCOLARIDADE	QTD	%
Ensino Fundamental Incompleto	1	2,2%
Ensino Fundamental Completo	1	2,2%
Ensino Médio Incompleto	2	4,3%
Ensino Médio Completo	20	43,5%
Curso técnico	1	2,2%
Ensino Superior Completo	15	32,6%
Especialização	6	13%
Mestrado	0	0%
Doutorado	0	0%
Pós-doutorado	0	0%
Total	46	100%
RENDA INDIVIDUAL	QTD	%
Sem renda	5	10,9%
Até 1 Salário mínimo (R\$ 0,00 até R\$1.320,00)	24	52,2%
1 a 3 Salários mínimos (R\$ 1.320,00 a R\$ 3.960,00)	15	32,6%
3 a 5 Salários mínimos (R\$ 3.960,00 a R\$ 6.600,00)	1	2,2%

5 a 10 Salário mínimo (R\$ 6.600,00 a R\$ 13.200,00)	1	2,2%
10 a 15 Salário mínimo (R\$ 13.200,00 a R\$ 19.800,00)	0	0%
15 a 20 Salário mínimo (R\$ 19.800,00 a R\$ 26.400,00)	0	0%
Total	46	100%
RENDA FAMILIAR	QTD	%
Sem renda	2	4,3%
Até 1 Salário mínimo (R\$ 0,00 até R\$1.320,00)	20	43,5%
1 a 3 Salários mínimos (R\$ 1.320,00 a R\$ 3.960,00)	16	34,8%
3 a 5 Salários mínimos (R\$ 3.960,00 a R\$ 6.600,00)	6	13%
5 a 10 Salário mínimo (R\$ 6.600,00 a R\$ 13.200,00)	1	2,2%
10 a 15 Salário mínimo (R\$ 13.200,00 a R\$ 19.800,00)	1	2,2%
15 a 20 Salário mínimo (R\$ 19.800,00 a R\$ 26.400,00)	0	0%
Total	46	100%
ESTRUTURA FAMILIAR	QTD	%
Chefe de família	15	32,6%
Cônjuge	7	15,2%
Filho(a)	18	39,1%
Independente	5	10,9%
Pais	1	2,2%
Total	46	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em relação a faixa etária, constata-se oscilações na faixa etária de idade, porém o público entre 24 a 29 anos destacou-se com a maior porcentagem, com 34,8% do total. Outro destaque é que a maioria dos participantes não possuem filhos (52,2%). Em relação ao estado civil, verifica-se que 60,9% são solteiros.

Quanto a escolaridade, a maioria dos participantes concluíram o Ensino Médio, sendo 43,5% e 32,6% cursaram o ensino superior completo, enquanto 13% da amostra tem especialização. Por tanto podemos sugerir que a amostra apresenta um público jovem interessado pelo OP com nível de escolaridade alta. No quesito renda, observa-se que a maior parte da amostra obtém renda individual de até um salário-mínimo (52,2%) e em termos de renda familiar constata-se que 43,5% permanecem com um rendimento de até um salário-mínimo. O que por sua vez, pode sugerir que a maior parte dos participantes vivem numa situação socioeconômica de classe média baixa. Em relação a estrutura familiar dos participantes, verifica-se que 39,1% dos respondentes são filhos, 32,6% são chefes de família, 15,6% são cônjuge e 10,9% se autodeclararam independentes na estrutura familiar.

4.3.2 Percepção dos participantes sobre a importância do Orçamento Participativo

A segunda parte do questionário tem como finalidade descrever a percepção dos participantes sobre a importância do orçamento participativo no município de Pedro Régis/PB.

Verifica-se através do Gráfico 1 a seguir, que 97,8% da amostra tem conhecimentos enquanto apenas 2,2% não tem conhecimentos sobre OP.

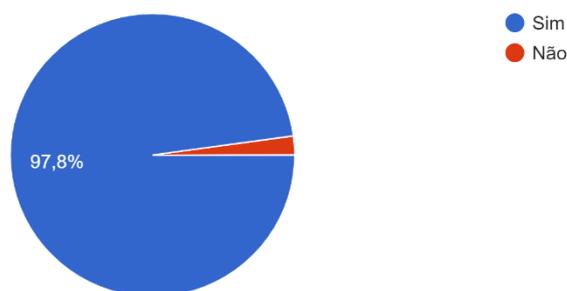


Gráfico 1 – Conhecimento dos cidadãos sobre o OP

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No Gráfico 2, constata-se que a maior parte dos participantes se informaram sobre a OP através da gestão municipal (58,7%) e meios de comunicação (45,7%). Contudo, alguns acrescentaram que também tomaram conhecimento através do governo estadual (2,2%) e por familiar que estuda curso superior e compartilhou sobre o assunto (2,2%). Desse modo, os dados mostram que a gestão municipal tem contribuído com o fornecimento de informação acerca do que é o OP.

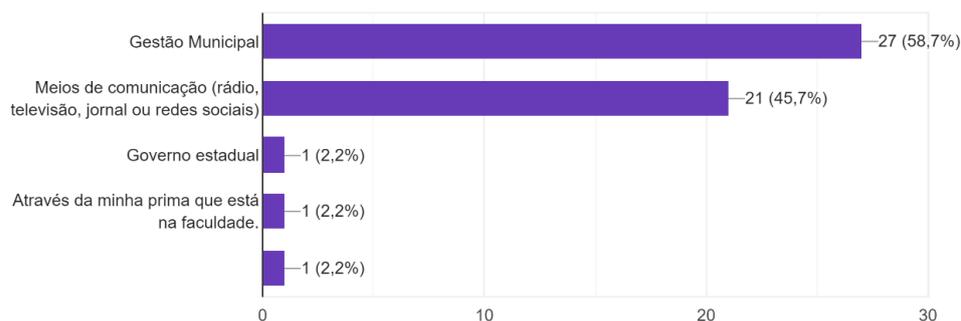


Gráfico 2 – Meios de informação dos cidadãos sobre o OP

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com o intuito de saber qual o grau de conhecimento do público participante, os resultados do Gráfico 3 a seguir, revelam de uma escala de 0 a 10, que os três maiores resultados foram de 21,7% na escala 8, de 17,4% na escala 7 e 15,2% na escala 9. Vale ressaltar que 2,2% informaram não ter conhecimento, marcando a escala 0.

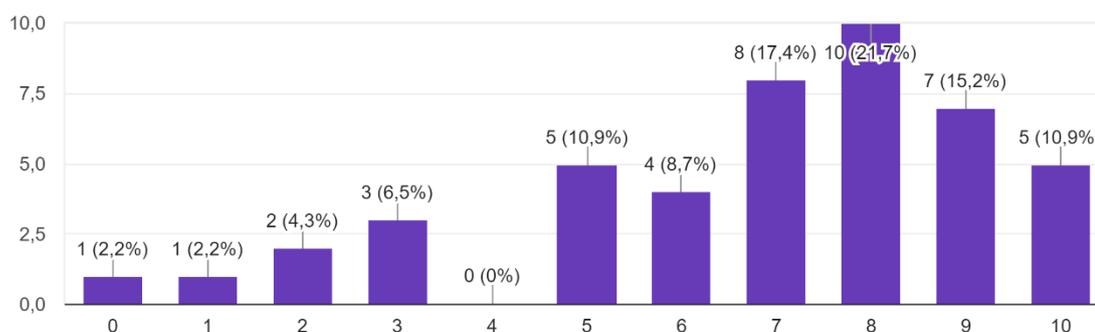


Gráfico 3 – Grau de conhecimento dos cidadãos sobre o OP

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No Gráfico 4, considera-se a percepção dos entrevistados acerca do nível de importância do orçamento participativo para as finanças do município. Verifica-se que em uma escala de 0 a 10, 50% afirmaram ser muito importante (escala 10), os demais em uma escala de 8 com 13% e de 9 com 21,7%, confirmaram a importância do OP.

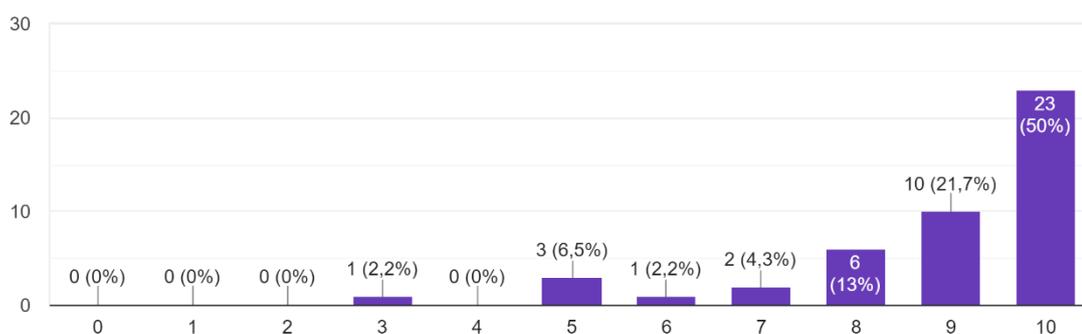


Gráfico 4 – Nível de importância do OP para as finanças

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

De acordo com o nível de importância do OP para as finanças do município apresentada no gráfico 4, os respondentes avaliaram essa relevância em relação a vários fatores. No Gráfico 5, pode-se verificar os fatores relevantes delineados pelos respondentes no OP. Neste caso, constata-se que 56,5% responderam pela relevância da participação popular na decisão dos projetos a serem implementados, pelo diálogo entre os cidadãos e os governantes (47,8%), pelo atendimento das demandas da população (43,5%) e o quarto mais avaliado foi pela maior transparência da coisa pública (39,1%).

Percebe-se através dos dados, a percepção positiva que a população apresenta em termos da importância de uma maior participação da população na tomada das decisões junto ao governo municipal a fim de decidirem qual(is) as prioridades a serem tomadas, de modo que possam ser mais bem alocadas as receitas públicas sem desperdício.

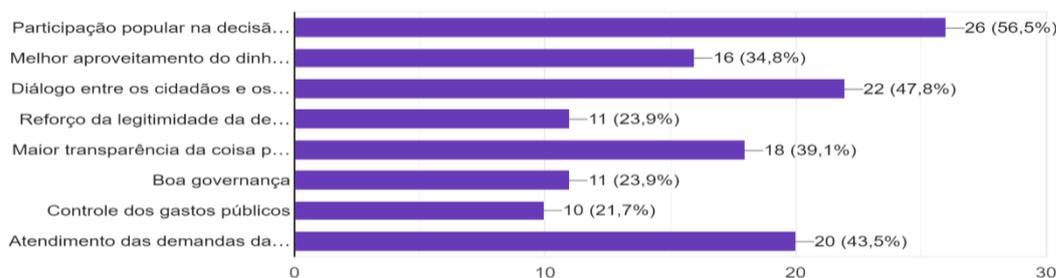


Gráfico 5 – Fatores de importância do OP

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Em relação à elaboração do orçamento participativo do município de Pedro Régis/PB, verifica-se que 100% da amostra concorda e aprova o processo do orçamento participativo. Neste caso, pode-se considerar que o OP é um forte mecanismo de participação popular e que a sociedade é vista como protagonista das decisões junto ao poder público. O orçamento participativo já existe há alguns anos no município e 80,4% da amostra afirmaram haver mudanças significativas no investimento do dinheiro público. Já 89,1% dos participantes disseram que OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro ou região em relação aos serviços e obras pública e apenas 10,9% afirmaram não ter visualizado modificações na área em que residem.

No Gráfico 6 a seguir, pode-se observar a percepção da população em relação as mudanças verificadas com o orçamento participativo. Das 46 pessoas da amostra, constata-se que 36 pessoas se dispuseram a responder, no qual a área de saúde e infraestrutura aparecem como os setores com maiores mudanças com o OP (36,1% cada) e educação com uma participação de 25%.

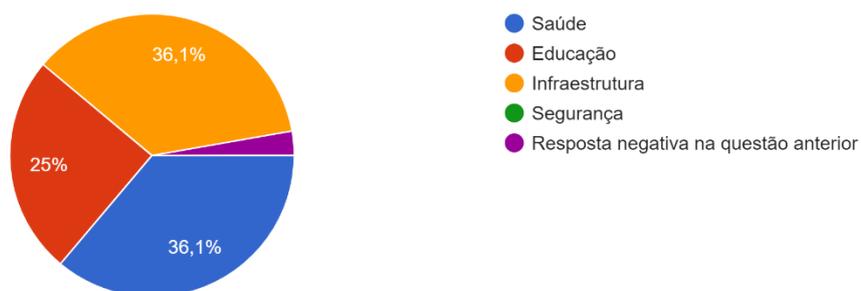


Gráfico 6 – Área de atuação do OP

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No Gráfico 7, observa-se a participação dos respondentes nas audiências do OP. Neste caso, constata-se que 50% já participaram de 2 a 3 vezes, 6,5% de 4 a 6 vezes e outros 2,2% acima de 6 vezes. No entanto, 41,3% da amostra nunca participou de uma audiência pública do OP. Verifica-se com esse resultado a necessidade de criar estratégias para impulsionar a participação direta das pessoas nas questões públicas e econômicas do município. Bem como, pode-se sugerir a necessidade de estudos que possam delinear os reais motivos da reduzida participação da população nas audiências públicas do OP.

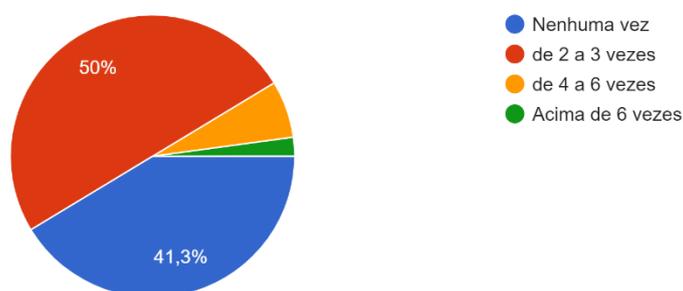


Gráfico 7 – Participação nas audiências do OP

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A fim de verificar os possíveis motivos que podem dificultar a participação das pessoas nas audiências do OP, no Gráfico 8 apresenta-se alguns desafios que poderiam ocasionar a reduzida participação popular nas audiências públicas. Neste caso, dentre as diversas opções, 45,7% da amostra respondeu que a população não acredita que o orçamento público funcione, 43,5% acreditam que tudo não passe de questões políticas partidárias e 32,6% responderam

outros motivos. Destaca-se que dentre as opções, os respondentes poderiam citar mais de uma opção.

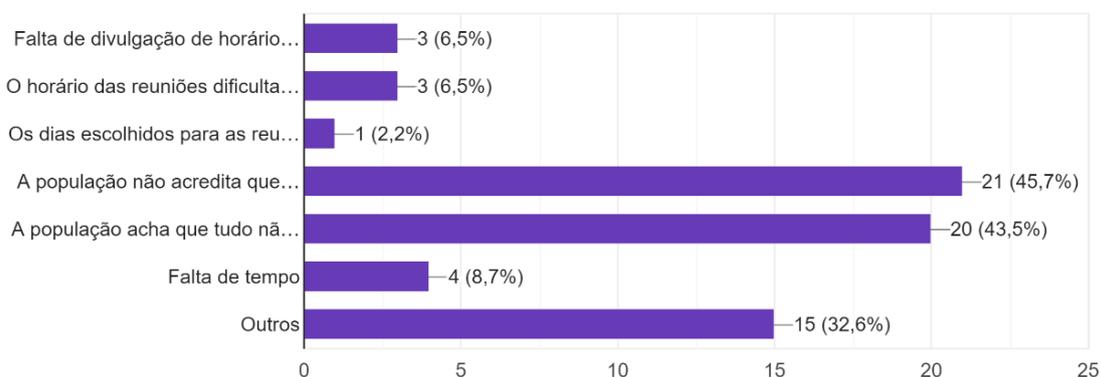


Gráfico 8 – Motivos de dificuldades de participação do OP

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Quando se analisa a percepção da população sobre a importância da gestão ouvir a população sobre os problemas e necessidades relacionados a uma melhor qualidade de vida no município, verifica-se através da pesquisa que a amostra apresenta uma visão positiva, pois é por meio da população que a gestão direciona suas atividades estratégicas nas resoluções dos problemas em cada região. Nas palavras de um participante da amostra: “Sim. Importante para um melhor aproveitamento do dinheiro público, potencializando o crescimento do município e evitando gastos desnecessários com dinheiro público”.

4.3.3 Percepção da população sobre a gestão municipal de Pedro Régis/PB

No Gráfico 9, pode-se observar a percepção da amostra sobre o trabalho desenvolvido pela gestão e a relação entre o gestor municipal com os moradores em relação a prestação dos serviços para a melhoria da qualidade de vida da população. Neste caso, 47,8% afirmaram que a gestão municipal seria excelente, 28,3% disseram ser muito bom, 17,4% avaliaram como bom e 6,5% disseram ser ruim.

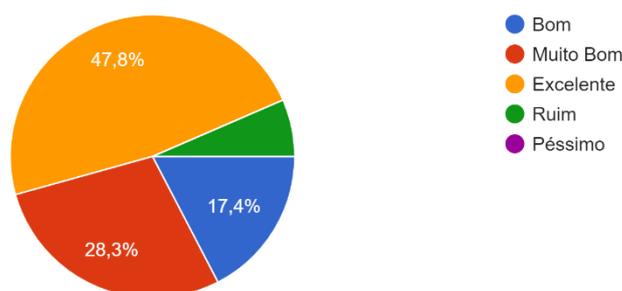


Gráfico 9 – Avaliação da Gestão pelos cidadãos

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No quesito, relação da população com às autoridades ou responsáveis pelos serviços para resoluções de problemas, verifica-se que 41% disseram recorrer diretamente a Prefeita; 2,2% ao Vice-Prefeito, 13% aos Vereadores; 37% aos Secretários do município; 2,2% nunca recorreu; 2,2% aos Servidores públicos e 2,2 afirmaram não se sentir representados ou acolhidos por qualquer um desses.

Nesse processo de construção de uma democracia participativa, buscou-se identificar se o Gestor Municipal já realizou reuniões de caráter público para entender as necessidades e opiniões da população. Neste caso, constatou-se que 93,5% afirmaram que a gestão municipal já realizou audiência e 6,5% disseram que não havia esse contato da gestão com a população.

Com relação à transparência dos recursos públicas destinados ao município proveniente dos entes federais e estaduais, verifica-se que os dados são divulgados pela gestão por meio do portal da transparência e das mídias sociais. Esta atitude corrobora com a obrigatoriedade da LRF e do princípio da publicidade da administração a fim de prestar contas do dinheiro público a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de democracia construído após a consolidação da constituição de 1988 ressignificou o Estado, absorvendo um modelo antigo de administração restrita ao poder dos governantes passando a incluir as pessoas no processo administrativo. Neste sentido, os avanços surgiram na área de transparência pública, de controle social, de novas políticas públicas e na garantia de direitos aos indivíduos. O presente estudo, teve como objetivo é analisar a percepção da população sobre a importância do Orçamento Participativo no município de Pedro Régis no Estado da Paraíba em 2023. Especificamente, foi analisado a participação da população na elaboração e execução do orçamento público participativo do município; apresentou-se

importância do orçamento participativo para a população do município de Pedro Régis; e foi mapeado a percepção da população sobre o orçamento público participativo.

A partir da fundamentação teórica, de estudos anteriores e da aplicação dos questionários, constatou-se que a participação democrática fortalece a confiabilidade dos cidadãos e aumenta a credibilidades da gestão. O orçamento participativo como meio de participação da população nas decisões administrativas orçamentaria do município contribuiu com o planejamento de desenvolvimento do município de Pedro Régis.

Diante das informações e dados expostos, constatou-se que a percepção da amostra com relação as realizações do orçamento participativo são importante e vêm sendo positivo para o planejamento financeiro do município, porém que 41,3% dos participantes não participaram de alguma audiência de OP por compreenderem que as pessoas não participam por relacionarem a questões partidárias. A pesquisa mostrou que a população, em sua grande maioria, apresenta-se satisfeitos com os avanços do município. Neste caso, a prática do OP com relação ao de 2021 e 2023 tem aberto espaço para a população está mais próxima da gestão municipal. No entanto, foi identificado aspectos negativos referentes às dificuldades de participação das pessoas nas audiências públicas, tais como: a falta de credibilidade que o orçamento público funcione (45,7%) e a percepção da população em que o orçamento participativo não passe de questões políticas partidárias (43,5%).

Ademais, percebe-se que houve mudanças na dinâmica do processo de elaboração do OP, desde a primeira audiência pública em 2008. Na LOA de 2018 constatou-se que eram apenas audiências públicas mais fechadas, já para a LOA de 2022 a nomenclatura do orçamento participativo foi inserida, realizada em espaço público aberto e com uma dinâmica de envolvimento da população. Neste quesito, constatou-se que o OP apresentou nas duas últimas audiências públicas uma dinâmica de realização nas localidades com maior êxito na participação populacional, tornando-as mais transparente e com um público mais diversificado em 2023.

Contudo, percebe-se a necessidade e importância de políticas municipais mais claras e transparentes no planejamento e execução do orçamento público participativo, com ações que possam atender um número maior nas audiências públicas, bem como, que a população possa construir junto com o poder público os direcionamentos dos recursos nas áreas prioritárias.

Como limitações deste estudo, verifica-se a necessidade da obtenção da coleta de dados mais robusta, com um público de entrevistados maior, dado que a amostra no município ficou abaixo do esperado comparando com o total da população. Bem como, a

necessidade de aplicação de questionário aos gestores e aos servidores do município de Pedro Régis que participam das audiências públicas municipais do OP. Destaca-se que não foi possível obter a percepção da gestora municipal, pois por algum motivo, a prefeitura não enviou o questionário respondido no período solicitado na pesquisa.

No entanto, a pesquisa apresentou informações relevantes para a literatura e para o município de Pedro Régis, descrevendo as principais características e as condições financeiras do Município, mostrou-se uma análise do mapeamento e elaboração do orçamento participativo, um painel sobre o perfil socioeconômico da amostra, a percepção e importância do OP para a população e a avaliação da população sobre a gestão municipal no processo de implantação e execução do OP. Sendo resultados de grande relevância para a administração pública, para o planejamento e o direcionamento de políticas públicas mais eficazes.

Sugere-se para novas pesquisas em relação ao orçamento participativo no município de Pedro Régis como também em outros municípios, visando: a) analisar o conhecimento dos alunos de ensino médio sobre OP a fim de averiguar o engajamento dos jovens nas questões sociais do seu município; b) avaliar resultados de obra e serviços realizados via solicitações do OP; c) avaliar a percepção dos gestores públicos acerca do orçamento participativo. Bem como, uma ampliação do referido estudo com um número maior de questionário aplicados e uma análise econométrica para mensurar os determinantes do orçamento participativo em Pedro Régis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição Federativa do Brasil de 1988.**

BRASIL. **Lei Complementar n.º n.º 101, de 04 de maio de 2000.** (Lei de Responsabilidade Fiscal). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htmhttps://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 16 maio. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm#art58. Acesso em: 16 maio. 2023.

BRITTO, C. A. Distinção entre "controle social do poder" e "participação popular". **Revista de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 189, p. 114–122, 1992. DOI: 10.12660/rda.

v189.1992.45286. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45286>. Acesso em: 16 maio. 2023.

CORIOLOANO, Ferdnando de Oliveira. **Orçamento participativo: um estudo no município de Jacaraú/PB.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração Pública). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Nova Cruz - RN, 2022.

COSTA, Alessandra Cristina da. **Os desafios da implementação do orçamento participativo para a gestão municipal.** 2018. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2018.

CREPALDI, Guilherme S.; CREPALDI, Sílvio A. **Orçamento público: planejamento, elaboração e controle** - 1ª edição. São Paulo - SP: Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502201927. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502201927/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

CRUZ NETO, Nilo et al. **Orçamento Participativo: O Processo de Implementação em São Luís.** 2009. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2009.

DE SOUZA, Érica Xavier. **O Orçamento Participativo Como Reflexo do Processo de Cógestão e Responsabilidade Social: Um Estudo Realizado Prefeitura da Cidade do Recife.** In: Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2002.

DUAS ESTRADAS, **Lei nº 237, de 21 de dezembro de 2017.** Institucionaliza o orçamento participativo no âmbito do município de Duas Estradas. Duas Estradas – PB: Transparência Pública, [2023]. Disponível em: https://www.duasestradas.pb.gov.br/lei/lei-237_2017/. Acesso em: 14 jun. 2023.

GARIN, Guilherme Augusto Lippi. **Cláusula Democrática e Administração Pública: O Fenômeno da Administração Pública Participativa.** Paraná: UEL, 2016. *E-book*: Disponível em: [Clausula_democratica_a_participacao_publica20190613-106414-g60im5-libre.pdf](https://www.uel.br/pos/graduacao/maestrado/publicacoes/20190613-106414-g60im5-libre.pdf) (d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net). Acesso em: 15 jun. 2023.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 18. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597027839. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597027839>. Acesso em: 06 mai. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7 ed. Rio de Janeiro – RJ: Grupo GEN. Atlas, 2022. E-book. ISBN 9786559771653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771653>. Acesso em: 10 mai. 2023.

GONÇALVES, Guilherme C.; SILVA, Jorge Vieira da; SILVA, Vanessa F.; et al. **Planejamento e Orçamento Público**. São Paulo - SP: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786581492557. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492557>. Acesso em: 18 abr. 2023.

GONÇALVES, José Ribeiro. **Orçamento participativo: a importância da participação social**. 2019. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

GUEDES, Ana Beatriz Rocha. **Orçamento participativo em Fortaleza do legal ao real**. 2022. 85 f. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pedro Régis, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pedro-regis/panorama><https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pedro-regis/panorama>. Acessado em 20 de maio de 2023.

JOÃO PESSOA, **Lei n.º 11.903, de 29 de março de 2010**. Institucionaliza o orçamento democrático no âmbito do município de João Pessoa e dá outras providências. João Pessoa - PB: Leis Municipais Paraíba [2023]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2010/1191/11903/lei-ordinaria-n-11903-2010-institucionaliza-o-orcamento-democratico-no-ambito-do-municipio-de-joao-pessoa-e-da-outras-providencias?q=11903%2F2010>. Acesso em: 14 jun. 2023.

JOÃO PESSOA, **Lei nº 12.539, 12 de março de 2013**. Institucionaliza o orçamento participativo no âmbito do município de João Pessoa, alterando dispositivos da Lei nº 11.903, de 29 de março de 2010 e dá outras providências. João Pessoa - PB: Leis Municipais Paraíba [2023]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pb/j/joao-pessoa/lei-ordinaria/2013/1254/12539/lei-ordinaria-n-12539-2013-institucionaliza-o-orcamento-participativo-no-ambito-do-municipio-de-joao-pessoa-alterando-dispositivos-da-lei-n-11903-de-29-de-marco-de-2010-e-da-outras-providencias?q=12.539>. Acesso em: 14 jun. 2023.

LOCK, F. do N. Participação popular no controle da administração pública: um estudo exploratório. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 134, 2012. DOI: 10.5902/198109465888. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/122>. Acesso em: 15 maio. 2023.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. 25 anos de Orçamento Participativo: Algumas Reflexões analíticas. **Política & Sociedade**, v. 13, n. 28, p. 167-197, 2014.

LÜUCHMANN, Lígia Helena Habn. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo em Porto Alegre.** Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2002.

MODESTO, Paulo. **Participação popular na administração pública: mecanismos de operacionalização.** Jus Navigandi, Teresina, ano, v. 6, 1999.

MOURA, Ana Carolina Cavalcanti de Almeida. **Orçamento participativo na administração pública.** 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Monografia (Bacharel em Economia). Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2016.

NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de projetos de pesquisa:** Monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522126293. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126293/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

PERRUSI, Caroline Helena Limeira Pimentel; COSTA, Denise Oliveira da. **O orçamento participativo como instrumento de gestão democrática: um estudo de caso no município de Duas Estradas/PB.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/handle/177683/770>

PIRES, R.R. **Orçamento Participativo Leva a Melhoria na Gestão de Entes Públicos.** Acessado em: 19/04/2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/noticias-do-ipea/676-orcamento-participativo-leva-a-melhorias-administrativas-na-gestao-de-recursos-explica-tecnico-do-ipea#:~:text=Ele%20lembra%20que%20o%20or%C3%A7amento,de%20controle%20dos%20recursos%20p%C3%ABablicos>.

PIRES, Valdemir. **Orçamento participativo: o que é, para que serve, como se faz.** Barueri - SP: Editora Manole, 2001. E-book. ISBN 9788520442326. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520442326/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

RODRIGUES, Andreia Cavalcante. **O orçamento participativo como ferramenta de participação popular: a experiência da defensoria pública geral do Estado do Ceará.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2018.

SANTANA, Talysson Bruno Fernandes de. **Elaboração do Orçamento Participativo como instrumento de participação popular: um estudo de caso no município de João Pessoa.** João Pessoa, 2020. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17391>

SANTOS, Ângela Andréa Schaurich dos. **Orçamento participativo: estudo de caso do município de Canoas/RS.** 2015. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Universidades Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS, 2015

SANTOS, Aristeu Jorge dos. **Orçamento público e os municípios: alguns conceitos de orçamento e suas repercussões na administração pública municipal.** REAd: revista

eletrônica de administração. Porto Alegre. Edição 22, vol. 7, n. 4 (jul/ago 2001), documento eletrônico, 2001.

SANTOS, Franklin. **Orçamento Público**. 1. ed. Clube de Autores, 2011.

SEBASTIÃO, Jean Vinícios. **A Importância do Orçamento do Participativo**. *Gestão Pública*, v. 5, n. 3, 2014.

SILVA, Daiane Emiley da et al. **Participação política e construção da cidadania ativa: estudo exploratório do orçamento participativo em João Pessoa-PB**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Pública) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2014.

SILVA, J. K. M. **Análise do Processo de Planejamento e Execução do Orçamento Democrático Estadual da Paraíba**. 76 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Universidade Estadual da Paraíba, Patos, 2015.

SOUZA, Débora Jaiane Rodrigues de et al. **Orçamento participativo e democracia: reflexões para sua implementação no município de Tuparetama-PE**. 2021. Artigo Científico (Tecnologia em Gestão Pública). Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, 2021.

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas?. **Opinião pública**, v. 14, p. 65-95, 2008.

ANEXOS

Imagem 1: Audiência Pública 2017 na Câmara de Vereadores



Fonte: Prefeitura de Pedro Régis – PB. Fotos de audiência pública para elaboração da LDO e PPA 2018/2021. Disponível em: arquivo municipal no anexo da ata. Realizada em: 22/08/2017. Acesso em: 6 mai. 2023.

Imagem 2: Orçamento Participativo 2021 no Sítio Barro vermelho



Fonte: Prefeitura de Pedro Régis - PB. Pedro Régis realiza primeira reunião do Orçamento Democrático Municipal em Barro Vermelho
Publicado em: 02/09/2021 às 00:00. Disponível em:
<https://www.pedroregis.pb.gov.br/noticia/pedro-regis-realiza-primeira-reuniao-do-orcamento-democratico-municipal-em-barro-vermelho>. Acesso em: 16 mai. 2023.

Imagem 3: Orçamento Participativo 2021 no Sítio Lages



Fonte: Prefeitura de Pedro Régis - PB. Governo Municipal de Pedro Régis encerra semana com plenária do Orçamento Participativo em Lages. Publicado em 04/09/2021 às 00:00. Disponível em: <https://www.pedroregis.pb.gov.br/noticia/governo-municipal-de-pedro-regis-encerra-semana-com-plenaria-do-orcamento-participativo-em-lages>. Acesso em: 16 mai. 2023.

Imagem 4: Orçamento Participativo 2021 na Avenida Senador Ruy Carneiro



Fonte: Prefeitura de Pedro Régis - PB. População surpreende nas escolhas que devem ser prioridades do Governo Municipal. Publicado em: 09/09/2021 às 00:00. Disponível em: <https://www.pedroregis.pb.gov.br/noticia/populacao-surpreende-nas-escolhas-que-devem-ser-prioridades-do-governo-municipal>. Acesso em: 16 mai. 2023.

Imagem 5: Orçamento Participativo 2023 no Ginásio O Anselmão



Fonte: Prefeitura de Pedro Régis - PB. Plenária do Orçamento Democrático. Publicado em: 26/04/2023 às 07:20. Disponível em: <https://www.pedroregis.pb.gov.br/noticia/pedro-r-gis-realiza-plen-ria-do-or-amento-democr-tico>. Acesso em: 16 mai. 2023.

APÊNDICE

Modelos do questionário aplicado no município de Pedro Régis/PB. Sendo o perfil socioeconômico aplicado nos dois questionários, do gestor e da população.

PARTE 1: PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Qual seu gênero?

Feminino Masculino Outro: _____

2. Idade:

18-23 anos 24-29 anos 30-35 anos

36-41 anos 42-47 anos 50 a mais.

3. Possui filhos?

Sim. Quantos? _____ Não

4. Qual o seu estado civil?

Solteiro(a) Casado(a) Divorciado (a) Viúvo(a) Outro

5. Escolaridade:

Ensino fundamental incompleto Ensino fundamental completo

Ensino médio completo Ensino médio incompleto Curso técnico

Ensino superior completo Especialização Mestrado Doutorado

Pós-doutorado

6. Renda Individual:

Sem renda

Até 1 Salário mínimo (R\$ 0,00 até R\$ 1.320,00)

1 a 3 Salários mínimos (R\$ 1.320,00 até R\$ 3.960,00)

3 a 5 Salários mínimos (R\$ 3.960 a R\$ 6.600,00)

5 a 10 Salário mínimo (R\$ 6.600 a R\$ 13.200,00)

10 a 15 Salário mínimo (R\$ 13.200,00 a R\$ 19.800,00)

15 a 20 Salário mínimo (R\$ 19.800,00 a R\$ 26.400,00)

7. Renda Familiar:

- Sem renda
- Até 1 Salário mínimo (R\$ 0,00 até R\$ 1.320,00)
- 1 a 3 Salários mínimos (R\$ 1.320,00 até R\$ 3.960,00)
- 3 a 5 Salários mínimos (R\$ 3.960 a R\$ 6.600,00)
- 5 a 10 Salário mínimo (R\$ 6.600 a R\$ 13.200,00)
- 10 a 15 Salário mínimo (R\$ 13.200,00 a R\$ 19.800,00)
- 15 a 20 Salário mínimo (R\$ 19.800,00 a R\$ 26.400,00)

8. Situação do respondente na estrutura familiar:

- Chefe de família Cônjuge Filho(a) Independente Outro

PARTE 2: OPINIÃO DOS CIDADÃOS DE PEDRO RÉGIS SOBRE O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

1. Você sabe ou já ouviu falar sobre o Orçamento Participativo?

- Sim Não

2. Caso a sua resposta tenha sido sim, diga como se informou sobre o assunto.

- Gestão Municipal
- Meios de comunicação (rádio, televisão, jornal ou redes sociais)
- Outros

3. Qual o seu grau de conhecimentos sobre o Orçamento Participativo? Considere para isso uma escala de 0 a 10, onde 0 representa nenhum conhecimento e 10 representa muito conhecimento.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

4. Qual a importância do Orçamento Participativo para as finanças do Município? Considere para isso uma escala de 0 a 10, onde 0 representa nenhuma importância e 10 representa muito importante.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

5. Na sua opinião, essa relevância deve-se, principalmente, a qual fator?

- Participação popular na decisão dos projetos a serem implementados

- Melhor aproveitamento do dinheiro público
 - Dialogo entre os cidadãos e os governantes
 - Reforço da legitimidade da democracia
 - Maior transparência da coisa pública
 - Boa governança
 - Controle dos gastos públicos
 - Atendimento das demandas da população
 - Outros
6. Você aprova ou concorda com o processo de elaboração do orçamento público de Pedro Régis, que é desenvolvido com a participação popular?
- Sim Não
7. O Orçamento Participativo já existe há alguns anos na cidade de Pedro Régis, você consegue perceber mudanças significativas no investimento do dinheiro público?
- Sim Não
8. Se sua resposta foi afirmativa em relação à questão anterior, em qual área que você percebe maior mudança?
- Saúde
- Educação
- Infraestrutura
- Segurança
- Outros. Qual? _____
9. Qual o número de vezes que você participou das audiências públicas?
- Nenhuma vez
- 1ª vez
- de 2 a 3 vezes
- de 4 a 6 vezes
- acima de 6 vezes

10. Para você, ouvir a população sobre os problemas e necessidades relacionados a uma melhor qualidade de vida no município, é importante? Se sim, por quê?

11. A quem você recorre para contestar os problemas de sua Rua, Bairro ou Cidade?

- Prefeito
- Vice-Prefeito
- Vereadores
- Secretários do município
- Outros. Qual? _____

12. No município em que reside, o Gestor Municipal já realizou reuniões de caráter público para escutar as necessidades e opiniões da população?

- Sim
- Não

13. Como você avalia a relação do(a) Gestor(a) Municipal com os moradores no que diz respeito a prestação de serviços para uma melhor qualidade de vida da população?

- Bom
- Muito Bom
- Excelente
- Ruim
- Péssimo

14. A Gestão Municipal divulga os recursos provenientes dos entes federais e estaduais para o município? Se sim, através de quê?

15. Você acha que o OP ajudou a mudar a realidade do seu bairro em relação aos serviços e obras públicas?

- Sim
- Não

16. Em sua opinião, quais os desafios que as pessoas encontram para participar do Orçamento Participativo?

- Falta de divulgação de horário e dia das reuniões
- O horário das reuniões dificulta a participação
- Os dias escolhidos para as reuniões não satisfazem a população
- A população não acredita que o OP funciona

- A população acha que tudo não passa de questões políticas partidárias
- Falta de tempo
- Outros.

17. Fique à vontade para sugerir melhorias que possam colaborar com o exercício da Gestão Municipal de Pedro Régis em relação a prestação de serviços à população e a participação social.

PARTE 2: O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PELA ÓTICA DA GESTÃO, DIRECIONADO À GESTORA

1. O que é Orçamento Participativo para a Gestão Municipal?

2. Qual a importância do Orçamento Participativo para o Município de Pedro Régis?

3. Onde ocorrem as discussões do Orçamento Participativo?

4. Qual a percepção da gestão municipal a respeito da relação entre a sociedade de Pedro Régis e o instrumento Orçamento Participativo?

5. A gestão está satisfeita em relação a efetividade do Orçamento Participativo e aos resultados alcançados?

6. Qual o número de vezes que você participou das audiências públicas?

- Nenhuma vez
- 1ª vez
- de 2 a 3 vezes
- de 4 a 6 vezes
- acima de 6 vezes

7. Como as sugestões da população são acatadas no Orçamento Público do Município?

8. Quem são os atores do Orçamento Participativo?

9. Como é realizada a assembleia do Orçamento Participativo?

10. A partir das últimas plenárias, informe quais ações, serviços ou obras foram solicitadas e dessas, quais foram executadas.

11. Quais as principais dificuldades encontradas pela gestão municipal com o Orçamento Público?

12. Quais as principais fontes de Receitas do Município?
